A GRANDE TRANSFORMAÇÃO DO MUNDO DO TRABALHO

Comerás o pão com o suor do teu rosto?

Inácio Neutzling

A questão do desemprego é a questão central do final do século XX. Mais. É a questão que centralizará as discussões, pelo menos, das primeiras décadas do século vindouro. Cada vez mais a questão do trabalho, tal como o entendemos, hegemonicamente, está hoje em crise. Trata-se de uma crise que decorre da grande transformação socioeconômica que vivemos no final do século XX.

Uma mudança de civilização

Hoje, para produzir a riqueza, já não é mais tão necessário o trabalho. Os fatos cada vez mais evidenciam isto. No conjunto dos países capitalistas europeus, a produção da riqueza quase que quadruplicou em trinta e cinco anos. No entanto, isto não significou a necessidade de quadruplicar o trabalho. Pelo contrário. Na Alemanha, desde 1955, o volume anual complexivo de trabalho diminuiu em 30%. Na França, diminuiu 15% em 30 anos e 10% no espaço de 6 anos. Ou seja, a máquina libera a espécie humana das tarefas produtoras: há 150 anos, um operário fornecia anualmente 5 mil horas de trabalho. Há um século, 3.200 horas. Nos anos 70, eram 1.900 horas e atualmente são 1.520 horas. Ou seja, o tempo de trabalho representava, em 1850, 70% da vida de uma pessoa. Em 1900, 43%. Em 1980, representava somente 18% e hoje representa 14%. Ao mesmo tempo, a riqueza produzida aumentou. De 1960 a 1990, a produção mundial por habitante, a despeito do crescimento demográfico, multiplicou-se por 2,5. A produção alimentar passou de 2.300 quilo/calorias cotidianas por indivíduo para 2.700 quilo/calorias, ou seja, respectivamente, 90 e 109% das necessidades fundamentais[1].

Nas quinhentas maiores empresas americanas a proporção dos empregos permanentes e de tempo integral só representa 10% do total. Um estudo da Federação Internacional dos Metalúrgicos prevê que, dentro de 30 anos, menos de 2% da atual

1. Há uma literatura imensa sobre este fenômeno. Aqui nos baseamos, entre outros, em GORZ, André. *Capitalismo, socialismo, ecologia. Disorientamenti*, Roma: Manifestolibri, 1992; GORZ, André. "Saindo da Sociedade do Trabalho", *São Paulo em Perspectiva* 9 (3) 1995, p. 135-144; GORZ, André. *Misères du présent – Richesses du possible*, Paris: Ed. Galilée, 1997; AZNAR, Guy. *Trabalhar menos para trabalharem todos*, São Paulo: Ed. Scritta, 1995; RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos, o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*, São Paulo: Makron Books, 1995; BEAUD, Michel. *Le basculement du monde – De la terre, des hommes et du capitalisme*, Paris: Éditions La Découverte, 1997; LIPIETZ, Alain. *La société en sablier – Le partage du travail contre la déchirure sociale*, Paris: Éditions La Découverte, 1997; SUE, Roger. *La richesse des hommes – Vers l'économie quaternaire*, Paris: Éditions Odile Jacob, 1997.

força de trabalho em todo o mundo "será suficiente para produzir todos os bens necessários para atender a demanda total"[2].

No Brasil, observa-se o mesmo fenômeno tanto no setor secundário quanto no terciário. Na indústria automobilística, por exemplo, há um aumento da produção de automóveis (mais de dois milhões, em 1997) com uma clara tendência de diminuição dos trabalhadores empregados. No setor bancário houve, nos últimos anos, uma drástica redução de pessoas empregadas. E a redução das pessoas que trabalham não significa uma queda de produtividade. Pelo contrário. Há um aumento de produtividade. Ou seja, para o crescimento da produtividade não é mais necessário que todas as pessoas estejam empregadas.

A agricultura é um exemplo contundente deste processo. Um agricultor, que alimentava quatro pessoas no fim da última guerra, trinta anos mais tarde nutria 36. Na França, de 1946 a 1996, houve um aumento de 110% na produção agrícola acompanhada de uma redução de 6 milhões de hectares cultivados[3]. No Brasil, constata-se o mesmo fenômeno. A safra agrícola brasileira, de 1994/1995, foi recordista: 81,2 milhões de toneladas de grãos. Dez anos antes, ou seja, na safra de 1985/1986, foram colhidos 53,9 milhões de toneladas de grãos. Em dez anos, a produção brasileira de grãos cresceu 51%. A área plantada, por sua vez, caiu, entre 1985 e 1995, quase 10%, ou seja, de 42,5 milhões/ha, na safra de 1985/86, para 39 milhões/ha na safra de 1994/95. Portanto, o aumento de produção está diretamente vinculado com o aumento da produtividade das lavouras que cresceu, em dez anos, 64%[4].

Aumentar a produção não significa mais, necessariamente, ampliar a área cultivável ou trabalhar mais. É aumentar, sim, a produtividade. Isto significa uma importante economia de matérias, energia e fontes necessárias por unidade de produto nacional.

Aqui nos deparamos com uma grande transformação[5] que consiste numa mudança de civilização[6]. Para alguns estudiosos, "é preciso romper com esta sociedade que morre e que não renascerá mais. É preciso ousar o Êxodo. É preciso nada esperar

2. RIFKIN, J., *op. cit.* p. 9; Jeremy Rifkin, em artigo publicado na revista *Utne Reader*, dos EUA, descreve a sociedade do trabalho na primeira metade do século XXI: "nós estamos em 2045. Para a maioria dos americanos, a vida de hoje não tem muito a ver com a vida de cinqüenta anos atrás. A mudança mais visível é, talvez, o esfacelamento do mercado nas atividades correntes. Na era da informação, a maior parte dos bens e serviços do planeta é produzida nas fábricas que quase não têm mais necessidade de mão-de-obra e distribuída por empresas virtuais geridas por pequenas equipes de administradores e de quadros altamente qualificados. Calculadoras eletrônicas dotadas de grande capacidade de memória, robôs e sistemas de telecomunicação de última geração substituíram o 'operário' da era industrial. Menos de 20% da população adulta trabalha em tempo integral." A íntegra do artigo traduzido está em *CEPAT Informa* n. 29/1997, p. 2-3.

3. PASSET, René. "As promessas das tecnologias do imaterial", artigo publicado no *Le Monde Diplomatique*, julho 1997, p. 2-9, e traduzido no *CEPAT Informa* n. 31/1997, p. 2-9.

4. *Boletim do DESER*, Conjuntura Agrícola 63/1995, p. 9-14.

5. Tomamos o conceito de POLANYI, Karl. *A grande transformação – As origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

6. AZNAR, G., *op. cit.*, p. 34.

dos tratamentos fortuitos da 'crise', pois não há crise: trata-se de um novo sistema que se instaura e que abole massivamente o 'trabalho'"[7]. Este novo sistema é perverso na medida em que restaura as piores formas de dominação, servidão e exploração, constrangendo a todos a se bater contra todos para obter este "trabalho" que ele aboliu. As pessoas querem trabalhar, buscam ansiosamente o trabalho, vivem para o trabalho e a sociedade, que instiga e erige o trabalho como aquilo que dá identidade às pessoas, diz para estas mesmas pessoas: "não preciso do seu trabalho. Produzo e enriqueço sem necessitar que todas as pessoas trabalhem"[8]. Mas esta grande transformação pode, também, ser capaz de emancipar a pessoa humana. É o que veremos mais adiante.

O trabalho considerado como uma mercadoria

A era moderna traz consigo a glorificação teórica do trabalho e isto resultou na efetiva transformação de toda a sociedade numa sociedade de trabalhadores, numa sociedade operária. Ao fazer isto ela passou a entender o trabalho como emprego. Isto é, o trabalho só é "trabalho" quando é pago. Como o constatou Marx, a burguesia desempenha na história "um papel extremamente revolucionário" ao "não deixar subsistir entre homem e homem outro vínculo que não o interesse nu e cru (*das nackte Interesse*), o insensível 'pagamento em dinheiro'". Ela afoga tudo, isto é, os sentimentos, a exaltação religiosa, a reciprocidade "nas águas gélidas do cálculo egoísta". Ela despoja "de sua auréola todas as atividades até então consideradas dignas de veneração e respeito". Ela transformou tudo em mercadoria. Tudo foi transformado num valor de troca e "no lugar das inúmeras liberdades já reconhecidas e duramente conquistadas colocou unicamente a liberdade de comércio sem escrúpulos". Assim, ela "transformou em seus trabalhadores assalariados o médico, o jurista, o padre, o poeta, o homem de ciência"[9].

O trabalho reduzido ao emprego

O que se entende por sociedade do trabalho? Trata-se de uma sociedade onde o trabalho toma a forma do emprego, ou seja, do trabalho específico próprio do capitalismo industrial. Conceito de trabalho que aparece quando se diz que uma mulher "não tem trabalho" quando ela consagra o seu tempo na educação dos seus próprios filhos; e que ela "tem trabalho" quando ela dedica ainda que seja uma pequena fração de tempo à educação de crianças dos outros numa creche ou numa escola maternal e, em troca, ela recebe um salário. Por que se diz que uma mulher *tem* um "trabalho" quando ela ensina numa escola maternal e que ela não *tem* quando ela cuida dos seus próprios filhos? Por que a primeira é paga e a segunda não? Mesmo que a mãe, trabalhando em casa, ganhasse uma ajuda social correspondente a um salário de

7. GORZ, André. *Misères du présent – Richesses du possible*. Paris: Ed. Galilée, 1997.

8. FORRESTER, Viviane. *L'horreur économique*. Paris: Ed. Fayard, 1996; tradução portuguesa: *O horror econômico*, Ed. Unesp, 1997.

9. MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*, 1848. Petrópolis: Ed. Vozes, 1988, p. 69.

uma professora de escola maternal, ela não *teria* um "trabalho". Mesmo que ela tenha um diploma de professora para crianças, aos olhos da sociedade ela nunca *terá* um trabalho. Por quê? Porque o "trabalho" é definido desde o início como uma atividade *social*, destinada a se inscrever no fluxo das trocas sociais da sociedade. Sua remuneração atesta esta inserção. Mas nem isto é o mais importante e central. O fundamental e decisivo é que o "trabalho" cumpre uma *função socialmente identificada e normalizada na produção e reprodução do todo social*. E para cumprir uma função socialmente identificável, ele mesmo deve ser identificável pelas competências socialmente definidas que ele realiza segundo *procedimentos socialmente determinados*. Ele deve, em outros termos, ser um "emprego", uma "profissão": isto é, ele efetiva competências institucionalmente certificadas segundo procedimentos homologados. Caso contrário, ele não se situa na esfera pública, ele não responde a *necessidades socialmente definidas*, socialmente codificadas.

A crise é do emprego e não do trabalho

Assim, quando se constata que há uma crise do trabalho, da sociedade do trabalho ou da sociedade salarial, afirma-se a crise daquilo que o mundo moderno se habituou a chamar de trabalho. A crise do trabalho não é no seu sentido antropológico ou filosófico. Não se trata do trabalho da parturiente, nem do trabalho do escultor ou do poeta. Este trabalho não está em crise. Não é trabalho como "atividade autônoma de transformação da matéria", nem o trabalho como "atividade prático-sensorial" pela qual o sujeito se exterioriza produzindo um objeto que é a sua obra, que está em crise. O que está em crise é o trabalho identificado com o emprego, como trabalho assalariado.

O "trabalho", que o capitalismo na sua última fase abole massivamente, é uma construção social; e é por isso que ele pode ser abolido. Neste sentido, é preciso que o "trabalho" perca a sua centralidade na consciência, no pensamento, na imaginação de todos(as). É preciso aprender a ter um olhar diferente sobre o trabalho: não mais pensá-lo como algo que se tem ou não se tem; mas como aquilo que nós fazemos. É necessário ousar querer nos apropriar novamente do trabalho[10].

Ganharás o pão com o suor do teu rosto – O trabalho sob o jugo da necessidade

Desde os primeiros capítulos da Bíblia, no livro do Gênesis, lemos: "ganharás o pão com o suor do teu rosto" (Gn 3,19). No Novo Testamento, Paulo afirma, peremptoriamente: "quem não trabalha, não coma" (2Ts 3,10). O trabalho desde os tempos mais imemoriais foi visto como um fardo, um peso, uma fadiga. Fardo, fadiga e peso urgidos pela premência da satisfação das necessidades. O trabalho estava sob o jugo da necessidade. Numa sociedade em que a revolução tecnológica permite um

10. Para uma visão crítica do que aqui apresentamos, ver o interessante artigo de CASTEL, Robert. "O fim do trabalho, um mito desmobilizador", publicado no *Le Monde Diplomatique* de setembro de 1998, p. 24-25, e traduzido no *CEPAT Informa* n. 44/1998, p. 21-27.

aumento da produtividade sem a intermediação do trabalho não será possível a libertação da humanidade deste fardo?

A crise da sociedade que forja a sua organização social sobre a perpetuação do trabalho como obrigação, como fundamento irrefutável dos direitos e da dignidade de todos, ao mesmo tempo que nega o acesso a este trabalho, não será benéfica? Será que não é necessário ousar querer o êxodo da "sociedade do trabalho"? Hannah Arendt constata: "o advento da automação esvaziará as fábricas e libertará a humanidade do seu fardo mais antigo e mais natural, o fardo do trabalho e da sujeição à necessidade"[11].

Neste sentido, a grande transformação socioeconômica que vivemos no final deste século pode ser extremamente libertadora. Pode, também, e esta é a previsão que há tantos anos fazia Hannah Arendt, ser trágica, no sentido de construirmos "uma sociedade de trabalhadores sem trabalho". Isto é, uma sociedade onde as pessoas perdem a única atividade que o capitalismo lhes reservou. Hannah Arendt escreve: "a era moderna trouxe consigo a glorificação teórica do trabalho e resultou na transformação efetiva de toda a sociedade em uma sociedade operária. Assim, a realização do desejo, como sucede nos contos de fadas, chega num instante em que só pode ser contraproducente. A sociedade que está para se libertar dos grilhões do trabalho é uma sociedade de trabalhadores, uma sociedade que já não conhece aquelas outras atividades superiores e mais importantes em benefício das quais valeria a pena conquistar essa liberdade. Dentro desta sociedade, que é igualitária porque é próprio do trabalho nivelar os homens, já não existe nem uma aristocracia de natureza política ou espiritual da qual pudesse ressurgir a restauração das outras capacidades do homem. Até mesmo presidentes, reis e primeiros-ministros concebem seus cargos como tarefas necessárias à vida da sociedade; e entre os intelectuais, somente alguns indivíduos isolados consideram ainda o que fazem em termos de trabalho, e não como meio de ganhar seu próprio sustento". E a grande filósofa conclui: "o que se nos depara, portanto, é a possibilidade de uma sociedade de trabalhadores sem trabalho, isto é, sem a única atividade que lhes resta. Certamente nada poderia ser pior"[12].

E por que nada poderia ser pior? Porque o trabalho entendido como emprego, como mercadoria, é o que dá identidade social à pessoa. O "trabalho" torna-se um fim em si para as pessoas. Ele é a resposta às questões sobre a identidade e o sentido da vida das pessoas. Isto se dá de tal maneira que para um número cada vez maior de pessoas o lugar de trabalho se constituiu no centro vital da sua existência. E isto se torna mais premente, hoje, com os computadores e outros meios de comunicação que fazem com que as pessoas trabalhem em tempo integral e em qualquer parte. Um símbolo desse fenômeno da extensão do trabalho são os telefones celulares e os *pagers*. A pequena peça negra pendurada na cintura significa que a pessoa sempre está disponível. Ela não precisa estar na fábrica, na empresa, marcando o ponto, como na

11. ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1991, 5ª ed., p. 12-13.

12. ARENDT, Hannah, *op. cit.*

organização fordista do trabalho. O "trabalho" tomou conta da pessoa em todas as dimensões da sua vida. Basta pensar e analisar os programas de qualidade e produtividade[13]. Como constata um trabalhador: "a triste verdade é que meu emprego me devora".

Por isso o desemprego é um trauma. O choque do desemprego tem, segundo os psicólogos especializados no tratamento do trauma do desemprego, o mesmo efeito da morte de um parente. São conhecidos inúmeros casos de depressão e inclusive de suicídio por causa das demissões. No Brasil, basta lembrar a série de suicídios acontecidos no setor financeiro[14]. Nos EUA, "uma série de estudos acompanhados no transcorrer da última década descobriu uma clara correlação entre o crescente desemprego tecnológico e maiores níveis de depressão e morbidez psicótica". Os desempregados tornam-se "descartáveis, depois irrelevantes e, finalmente, invisíveis no novo mundo *high-tech* do comércio global"[15]. As mesmas pesquisas descobriram que, nos EUA, um aumento de 1% no desemprego resulta no aumento de 6,7% nos homicídios, 3,4% em crimes violentos e de 2,4% em crimes contra a propriedade[16].

Vivemos num mundo em grande transformação, cujos raciocínios lineares não conseguem dar conta dessa nova realidade. A falta de vontade política e de clareza de diagnóstico pode fazer com que as extraordinárias promessas que ela contém, como apontou Marx e Hannah Arendt, citados acima, podem – e este é atualmente o caso – se voltar contra a pessoa humana, a sociedade e o meio natural. Entender que estamos vivendo não apenas a crise de um sistema, mas sua profunda transformação, é o desafio para todos(as) aqueles(as) que pensam numa sociedade mais justa e igual.

A economia do imaterial

A grande transformação que estamos vivendo pode ser caracterizada pelo choque violento de duas fases da evolução tecnológica[17]: uma, que está no seu apogeu, fundada sobre a energética; a outra – emergente – impulsionada pelo imaterial. A primeira, inaugurada pela máquina a vapor – e atualmente simbolizada pela energia nuclear – coloca nas mãos dos homens um poder de transformação do mundo suficiente para ameaçar os mecanismos pelos quais a vida pode se estabelecer e espraiar pelo planeta. A questão do desenvolvimento durável sublinha esta evidência esquecida que a reprodução da esfera econômica passa pela biosfera e pela esfera humana. A segunda fase, simbolizada pelo computador, desloca os motores do desenvolvimento do campo da acumulação material e da energia para aquele do imaterial: símbolos, códigos, mensagens, organização.

13. Entre uma literatura imensa sobre o assunto, confira REQUIÃO MUNHOZ DA ROCHA, Renato. *O caso INEPAR – Por que deu certo*. São Paulo: Editora Gente, 1998.

14. *CEPAT Informa* n.12/1995, p. 15; confira NEUTZLING, Inácio. "O trauma do desemprego", *Convergência* n. 292, maio de 1996.

15. RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos*. São Paulo: Makron Books, 1995, p. 216 e 218.

16. RIFKIN, J., *op. cit.*, p. 231.

17. Aqui seguimos a brilhante análise de PASSET, René. "As promessas...", art. cit.

Esta transformação é acompanhada pela mudança da lógica dos sistemas. Em primeiro lugar, ela estende o campo do econômico tanto no tempo como no espaço. A capacidade de troca da biosfera tem seus limites: de bem superabundante e "livre", a natureza se torna um bem econômico. A relação entre o "mais" e o "melhor" se inverte, pois, nas situações de saturação, este não decorre mais necessariamente daquele. Surgiu simultaneamente a questão da solidariedade intergeracional, na medida em que, segundo a célebre fórmula do relatório Brundtland, cada geração deve se aplicar na satisfação das necessidades do presente "sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades". A ética entra, assim, no campo da economia. Por outro lado, com o imaterial, a evolução dos transportes e das comunicações faz do planeta um só e mesmo espaço. Em segundo lugar, a transformação muda o jogo dos mecanismos reguladores da economia. O mercado não consegue mais reabsorver os desequilíbrios. Pelo contrário. Ele os amplifica.

As trocas internacionais não obedecem mais às regras antigas. A mundialização tece uma rede cerrada de empresas interdependentes ao redor do planeta. Os fluxos internacionais de mercadorias são, na sua maior parte, trocas inter ou intra-firmas transnacionais. A nação não é mais, portanto, o espaço da teoria tradicional, caracterizado por uma "dotação de fatores" e pervadida de produtos. Os capitais circulam mais facilmente e mais rapidamente que as mercadorias.

Da justiça comutativa para a justiça distributiva

Nestas condições, a formação da renda deixa de ter como razão de ser – e por critério – uma produtividade de fatores que não tem mais sentido. Nos sistemas integrados de produção, trabalho e capital estão confundidos, sem que se possa distinguir a parte da produção que advém de cada um[18]. O cálculo todo entra em crise. A questão da repartição passa do terreno da justiça comutativa ao de uma justiça distributiva pela qual é necessário imaginar novos critérios.

Há uma socialização da produção. Na medida em que a microinformática multiplica os centros de decisão, a eficácia passa a depender de estruturas reticulares. O investimento intelectual, que desempenha um papel maior nos sistemas produtivos da era informacional, é o fruto de um patrimônio nascido do esforço de gerações passadas e presentes. "O saber – dizia Pasteur – é um patrimônio da humanidade." A produção torna-se, portanto, uma espécie de bem coletivo, que emerge de um sistema de interdependências cujos elementos constitutivos não são somente econômicos.

O discurso econômico está defasado

O problema é que o olhar sobre a economia não mudou. O discurso da política e da economia está defasado. Ele diz "transformação", "mudança", "revolução" e entende

18. *Sem trabalho... Por quê? – Texto-base da CF-99*, São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 1998, p. 34.

"conjuntura". É um discurso que só consegue ver o lado monetário dos fenômenos – taxas de juro, equilíbrio das contas – como se os determinantes de curto prazo fossem os de longo prazo, como se a moeda refletisse necessariamente o real, como se a moeda fosse a contrapartida do real, sendo o seu espelho. Como se um dos problemas essenciais da economia não era precisamente o de arbitrar entre as exigências, às vezes contraditórias, deste e daquela. É um discurso de contra-senso. Pois, enquanto o alargamento do campo da economia faz surgir a questão da ética e dos valores socioculturais, ele reduz o político e o social ao econômico e o econômico ao financeiro e este ao monetário. No momento em que os mercados perdem sua função reguladora e se tornam amplificadores de desequilíbrios, este discurso nos fala da desregulação do mercado e da generalização do livre-comércio. Ao mesmo tempo em que a produtividade de um fator, tomado isoladamente, perde toda significação, este discurso quer nos convencer de que, com uma política de "flexibilidade", fixando os salários dos menos qualificados em níveis medíocres, se alcançaria o pleno emprego. Enfim, quando a produção se torna um fenômeno coletivo, ele afirma a necessidade da imposição de uma única lógica: a lógica da empresa privada e do lucro individual como critérios universais de capacidade de iniciativa, de eficácia, enfim, de racionalidade.

Esta grande transformação permite que, tecnicamente, os grandes flagelos que afligem a humanidade fossem vencidos ou poderiam ser. No entanto, nenhum dentre eles desapareceu do planeta. Porque estas mesmas tecnologias do imaterial, que estão na origem da promessa, trazem consigo sua negação. Articuladas aos efeitos de uma política desenfreada de liberalização planetária das trocas e dos movimentos de capitais, elas criaram as condições de uma onda produtivista e de uma lógica financeira hipertrofiada, que resulta exatamente no oposto do que se poderia esperar.

A mudança da produtividade em produtivismo se efetua a partir do momento em que a economia deixa de ser servidora da sociedade, tendo como fim a satisfação das necessidades básicas das pessoas, e transforma a busca da eficácia em sua própria finalidade. Isto se expressa de maneira mais clara e evidente no fenômeno da financeirização do mundo.

A hegemonia financeira se instaura a partir da desregulamentação do início dos anos 80 que abre, irrestritamente, o espaço mundial ao movimento de capitais, enquanto que o computador oferece à esfera financeira um fantástico instrumento de concentração e de tratamento do imaterial. De todos os setores de atividade, foi precisamente o da atividade financeira que, colocando em contato permanente, de dia e de noite, todas as grandes praças financeiras do mundo, mais se beneficiou do desenvolvimento da informática. Sua capacidade cresceu a um ritmo de 40% por ano entre 1982 e 1990. Progressivamente, por graça da flutuação das moedas e da desregulamentação, esta esfera se tornou autônoma, constituindo-se numa bolha que se impôs sobre os Estados. As trocas puramente especulativas, no mundo, representam 1.300 bilhões de dólares por dia, isto é cinqüenta vezes o comércio de mercadorias e quase o equivalente aos 1.500 bilhões de dólares que são as reservas dos bancos centrais no mundo. Nenhum Estado, portanto, é capaz de resistir a alguns dias de especulação dos "mercados".

Um exemplo típico deste processo é o Brasil. O Brasil optou por uma inserção no mercado internacional que se caracteriza pela renúncia a um projeto nacional capaz de incluir todos(as) os(as) brasileiros(as). A inserção competitiva do Brasil no mercado internacional caracteriza-se pela sua total subordinação ao mercado internacional, cuja característica central, hoje, é a financeirização.

A financeirização do mundo

Os operadores do sistema financeiro veiculam uma lógica própria, que não é nem a criação de riquezas, nem a valorização dos territórios, nem o bem-estar humano, mas é a lógica da multiplicação, tão rápida quanto possível, do patrimônio financeiro.

Esta lógica explica a obsessão pela estabilidade, do equilíbrio dos balanços ao ajuste das contas sociais, que tomou conta dos governos. É portanto o monetário que se impõe e o real que se adapta àquele: quando o crescimento americano faz baixar a inflação, a Bolsa cai e a alta das taxas de juro freiam o investimento; quando a Renault anuncia demissões de trabalhadores, as suas ações, na Bolsa, sobem.

Neste mundo invertido, a promessa volta. O que se anunciava como unificação do mundo torna-se ruptura. E, no jogo da competição exacerbada, os mais fracos são necessariamente os perdedores. A substituição das pessoas humanas pela máquina torna-se desemprego e exclusão social. Num universo produtivista, onde o sentido das finalidades desapareceu, o *surplus* de produtividade não tem mais por primeiro objetivo a melhoria da sorte dos trabalhadores ou dos consumidores. O primeiro objetivo é contribuir no aparecimento de novos ganhos de produtividade, eles mesmos geradores de novos lucros. Neste jogo, é o capital que mostra seus punhos de ferro. Por toda parte, os salários no produto nacional diminuíram: entre 1965 e 1994, a participação dos salários, na Europa, caiu de 62,7% para 61,2% do PIB e, nos EUA, de 68,5% para 66,7%. Esta participação dos salários, no Brasil, é de, aproximadamente, 30%.

Esta mesma possibilidade de realização da promessa e sua negação, de que as tecnologias do imaterial são portadoras, pode ser percebida na questão ecológica. Se as tecnologias do imaterial permitem, teoricamente, economizar o espaço, o trabalho, a matéria e a energia necessárias para fabricar um produto, a necessidade de produzir em grandes quantidades anula a economia de espaço, matéria e energia. A lógica do interesse individual, sem restrições, faz com que cada um busque a maximização dos seus benefícios, deixando os custos para a coletividade. Por exemplo, o *just in time* permite a redução das despesas com a administração dos estoques das empresas, mas isto se faz às custas ambientais da ordem de 10% do preço dos transportes e das degradações infra-estruturais (7% do preço dos transportes) que são pagos pela comunidade.

O êxodo da sociedade salarial

Deixada a ela mesma, esta evolução comporta três saídas: a autodestruição progressiva do sistema, indo até o fim na sua lógica e arrastando consigo toda a humanidade; a explosão brutal, seja pela explosão da "bolha" financeira, seja pela

revolta das pessoas; a recomposição, pela acumulação de soluções pontuais entre atores sociais, aparentemente disparatados, mas que convergiriam sob o efeito da evolução comum que os atinge. As catástrofes anunciadas pelas duas primeiras possibilidades e as incertezas da terceira impõem a necessidade de buscar caminhos de uma ação inovadora capaz de instaurar um novo paradigma civilizacional.

Enfim, no que se refere ao trabalho, a grande transformação que vivemos no final do século XX possibilita, como o previu Hannah Arendt, como vimos acima, nos libertar do fardo do trabalho, entendido como emprego, mas também pode ser o pior que nos pode acontecer, já que vivemos numa sociedade onde a compreensão do trabalho se reduziu ao emprego.

Numa sociedade onde o trabalho "não é apenas objetivamente amorfo, mas também está se tornando subjetivamente periférico"[19], não é mais possível continuar a fazer do trabalho remunerado a fonte principal da identidade e do sentido da vida de cada pessoa[20]. Querer continuar enquadrado pela lei do século passado (trabalho/produção/salário) é um *nonsense* econômico. A noção de salário, em seguida a do salário mensal, foi uma idéia interessante, que correspondeu a uma certa civilização industrial. Mas a nova civilização informatizada pede que se invente um conceito novo para assegurar a redistribuição das riquezas produzidas coletivamente, com cada vez menos pessoas empregadas.

Assim, novos direitos e uma nova liberdade emergem como possibilidade:

a) O direito de cada um a ganhar a vida trabalhando, mas trabalhando menos e melhor, recebendo por inteiro a sua parte da riqueza socialmente produzida.

b) O direito de trabalhar de modo descontínuo, intermitente, sem perder durante estas pausas a renda plena, de modo que possa abrir novos espaços às atividades sem fim econômico e reconhecer a estas atividades uma dignidade e um valor eminente, seja para os indivíduos seja para a sociedade no seu conjunto[21].

Assim, a superação do desemprego como trauma coloca na agenda a proposta da redução da jornada de trabalho. Sem a partilha do trabalho existente, e entendendo o trabalho como emprego, não é possível que todos(as) tenham acesso aos meios de subsistência. Ou seja, é cada vez mais urgente entender que é preciso que todos(as) trabalhem menos para que todos(as) possam trabalhar. Isto implica, por exemplo, em não aceitar as horas extraordinárias, o acesso a dois ou mais empregos.

19. OFFE, Claus. "Trabalho – A categoria sociológica chave?", in: OFFE, Claus, *Capitalismo desorganizado – Transformações contemporâneas do trabalho e da política*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985, p. 194.

20. GORZ, A., *art. cit.*, p. 57.

21. GORZ, A., *art. cit.* p. 57. No mesmo sentido ver J. RIFKIN, quando fala da economia social capaz de dar um novo sentido ao trabalho que não visa unicamente à produção de mercadorias, mas que seja socialmente útil. RIFKIN, J., *op. cit.*, p. 240s.; confira *Sem Trabalho... Por quê? – Texto-base CF-99*, São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 1998, p. 51-53.

A redução da jornada de trabalho coloca em pauta a questão do tempo livre. Numa sociedade em que tudo é mercantilizado, como ocupar o tempo livre de maneira não mercantil?

Mas não basta apostar na redução da jornada de trabalho. Juntamente com a jornada de trabalho é preciso apostar na universalização do direito a um mínimo vital. O que significa isto? Há um crescente aumento da produtividade. Esta produtividade não pode mais ser distribuída tendo como único critério o ter um emprego, uma carteira assinada. A produtividade, como vimos acima, pertence a toda a sociedade. E ela aumenta sem necessitar do emprego de todos(as). "A produtividade gigantesca que a tecnociência confere ao trabalho humano tem por conseqüência fazer da maximização do tempo disponível, e não mais da maximização da produção, o sentido e o fim imanente da razão econômica"[22]. Ou seja, como afirmava K. Marx: "a verdadeira economia – aquela que economiza – é a economia do tempo de trabalho"[23].

Assim, todos(as) os(as) cidadãos(ãs) têm direito, pelo fato de pertencerem a esta sociedade, à garantia de um mínimo vital, independentemente do trabalho que realizaram, realizam ou realizarão. Não cabe, mais, portanto, o princípio: a cada um segundo o seu trabalho. Este princípio caducou. Já Marx, em 1857, escreveu que "a distribuição dos meios de pagamento deverá corresponder ao volume das riquezas produzidas e não ao volume do trabalho realizado"[24]. E o economista russo, radicado nos EUA, Nobel de Economia de 1973, W. Leontieff afirma: "quando a criação de riquezas não depende mais do trabalho dos homens, estes morrerão de fome às portas do paraíso caso não se tiver uma nova política de renda capaz de responder à nova situação técnica"[25]. Ou seja, continuar advogando que quem não trabalha não come é uma postura conservadora que não consegue entender a grande transformação que estamos vivendo e que poderá jogar a grande maioria das pessoas na segregação total.

Juntamente com a necessária redução da jornada de trabalho e a garantia de um mínimo vital para todos(as) independente do trabalho realizado ou a ser realizado, emerge o que se tem chamado de economia solidária ou terceiro ou quarto setor. A economia moderna vem reconhecendo hoje um "Terceiro" Setor, também denominado por alguns autores de "setor quaternário", para não confundi-lo com o setor terciário que é o setor de serviços. Outros autores, ainda, o denominam de "economia solidária". Trata-se, enfim, de um setor ao lado do Mercado e do Estado. São atividades que respondem a necessidades que não são rentáveis para a economia de mercado. Ou seja, são atividades que não visam primeiramente à produção de bens, mas de laços.

22. GORZ, André. *Misères du présent*, op. cit., p. 151.

23. MARX, Karl. *Grundrisse*, 1857, citado em GORZ, André. *Misères du présent*, p. 151.

24. MARX, Karl. *Grundrisse*, 1857, citado em GORZ, André, *Misères du présent – Richesses du possible*, Paris: Ed. Galilée, 1997, p. 147.

25. Wassily Leontieff. "La distribution du travail e du revenu", *Pour la science*, 61, abril 1982, citado em André Gorz, *Misères du présent – Richesses du possible*, p. 146-147.

São atividades que se caracterizam pela proximidade com a vida e entre as pessoas. Têm o objetivo de cuidar do bem-estar da comunidade, especialmente dos mais abandonados como os idosos, portadores de deficiências físicas, de preservar o meio ambiente, de cuidar da educação etc.

Enfim, a questão do desemprego no final do século XX levanta o seguinte desafio:

Como deve ser uma sociedade na qual o trabalho de tempo integral de todos os cidadãos não é mais necessário nem economicamente útil? Quais são as prioridades não econômicas desta sociedade? Como deve se comportar a sociedade para que o crescimento da produtividade e a economia do tempo de trabalho sejam para o proveito de todos? Como se pode redistribuir melhor todo o trabalho socialmente útil, de modo que todos possam trabalhar, mas trabalhar menos e melhor recebendo parte das riquezas socialmente produzidas?

Em síntese, o desafio é: como ultrapassar a esfera da economia, ou seja, o que é o mesmo, como romper a esfera do trabalho assalariado numa sociedade em que não há este tipo de trabalho para todos e todas. É necessário que forjemos um novo paradigma civilizacional em que o trabalho remunerado não mais seja o único e exclusivo meio de acesso à distribuição da produtividade que é coletiva.

A compreensão da grande transformação do mundo do trabalho no final do século XX exige uma nova leitura bíblico-teológica. Este número de *Estudos Bíblicos* quer ser uma modesta contribuição na resposta a este desafio.

Inácio Neutzling
Rua João Batista Gabardo, 151
Sítio Cercado
Curitiba – PR
81900-310

